

A POLÍTICA DA ESCASSEZ — LUTAS URBANAS E PROGRAMAS SOCIAIS GOVERNAMENTAIS

Alba Maria Pinho de Carvalho

“A Política da Escassez” é um rico e instigante olhar analítico que viabiliza o desafio de pensar uma questão que marca a segunda metade dos anos 80: a redefinição da natureza da relação entre Estado e Movimentos Sociais. O livro repensa esta relação, superando o tradicional marco das análises populistas da estreita vinculação entre participação e cooptação, saindo do lugar-comum de ater-se unicamente aos mecanismos de natureza ideológica para centrar-se na teia da articulação existente entre Políticos Sociais e Moradores da periferia urbana. Assim, no contexto da produção sociológica sobre a participação popular no âmbito do Estado, o trabalho, buscando compreender as novas determinações e expressões da relação Estado/MS, efetiva um esforço de superação dialética, na medida em que repõe e redefine a velha e discutida questão da participação popular, numa perspectiva nova, que amplia o foco analítico a partir da própria complexificação da realidade, de forma a dar conta das dimensões que a questão assume no âmbito das políticas sociais de cunho participativo e da emergência de novos espaços políticos. E, neste esforço de superação dialética, o trabalho insere-se numa das vias analíticas contemporâneas das Ciências Sociais, de pensar a dinâmica transformadora da sociedade, movida por processos culturais gestados em novos espaços de exercício da política. É importante destacar que, dentro dessa perspectiva analítica, uma das contribuições mais expressivas da obra, enquanto produção coletiva de pesquisa, é trabalhar com lucidez e ousadia, a relação Estado/MS a partir do desvendamento da comunicação que

se estabelece entre governo e entidades do Movimento Popular, através das políticas sociais participativas, configurando a via de mão dupla que se estabelece na gestão e implementação de tais políticas.

Enquanto processo de investigação que se debruça reflexivamente sobre as complexas sínteses contraditórias da realidade, o trabalho assume em todo o seu potencial analítico a categoria de Relação, resgatando daí o fio condutor de todo o percurso teórico-metodológico da pesquisa. E, assim, tendo como foco de análise a relação e não simplesmente os seus elementos constitutivos, a investigação consegue perceber e analisar a ampliação do papel do Estado e as redefinições da luta popular, avançando na avaliação dos impasses, contradições e limites do relacionamento do Estado com os setores organizados da periferia. E as pesquisadoras vão buscar as bases teóricas da sua reflexão nas elaborações de O'Donnell, Klaus Off no que se refere à ação do Estado, englobando contribuições de autores que trabalham os movimentos sociais na sociedade contemporânea (Touraine, Evers, Kowarick, entre outros).

O livro, como produção coletiva de 06 pesquisadoras, apresenta no seu conjunto produções específicas, que enfocam diferentes ângulos e nuances do fenômeno-objeto de estudo da pesquisa: as políticas sociais participativas enquanto forma de comunicação do Estado com os Movimentos Sociais. Essa diversidade de enfoques, que revela a riqueza da produção coletiva, unifica-se no *raciocínio analítico* que está na base das diferentes elaborações, garantindo a unidade da produção na diversidade das contribuições. Esse raciocínio analítico está substanciado com clareza na problematização desenvolvida na construção do objeto de estudo, expresso nas questões básicas e nas hipóteses que norteiam todo o processo de investigação constituindo, pois, o eixo articulador dos diferentes olhares que se revelam na produção coletiva.

A reflexão problematizadora do grupo parte de uma constatação empírica: a partir de 1986, as políticas urbanas no Estado Brasileiro, especialmente no âmbito do Nordeste, assumem a participação popular como eixo central. E, na avaliação das autoras, a formalização dessas políticas de gestão urbana faz emergir um outro espaço político em que se destacam como aspectos essenciais novas formas de comunicação, oriundas de pressão popular, entre governo e associação de moradores, através de programas institucionalizados de âmbito nacional e estadual. A análise da natureza e qualidade desse espaço político de comunicação Estado/MS, construído via políticas sociais de

cunho participativo, constitui, então, preocupação central assumida no processo de pesquisa. E, no desvendamento dessa questão, o grupo funda o seu raciocínio analítico na tese básica de que os movimentos sociais mantêm, simultaneamente, uma situação de organização reivindicativa e articulação com as políticas sociais efetivadas pelo Estado. É o que o grupo tematiza em termos do duplo registro de contestação e articulação dos Movimentos Sociais com o Estado e que, no plano analítico, constitui uma peça conceitual chave para perceber a natureza contraditória do espaço político criado pelas políticas sociais participativas. E, por esta via de análise, as pesquisadoras encaminham a investigação no sentido de explorar as dimensões contraditórias das políticas participativas, analisando as dinâmicas sociais que se cruzam e se conflituam no exercício dessas políticas, face à experiência de organização e produção das reivindicações por parte dos Movimentos Sociais. Assim, as autoras direcionam o foco da análise para compreensão das múltiplas expressões do que conceituam como lógica contraditória de produção e absorção dos conflitos.

E', pois, importante destacar, enquanto apreciação crítica do percurso do raciocínio analítico, que as autoras, pela via da relação, tematizam a contradição, construindo uma via fecunda de análise capaz de dar conta da dialética da realidade que se expressa de múltiplas formas no cotidiano da política. Em coerência com a perspectiva analítica que norteia a pesquisa, a contradição é sempre trabalhada enquanto processo histórico, afastando, assim, os riscos de possíveis interpretações deterministas. De fato, a contradição é encarada a partir de mediações da experiência dos protagonistas, incluindo os modos de exercício do poder local e as formas de organização dos moradores da periferia urbana.

Como parte de uma pesquisa regional sobre a temática "Estado/Movimentos Sociais no Nordeste", o trabalho focaliza a especificidade de FORTALEZA, centrando suas atenções nas políticas sociais participativas implementadas pelo governo estadual, no período 1986-1989 e desenvolvendo estudos empíricos específicos em três áreas da cidade — Lagamar, Favela do Dendê e Parque Genibaú —, selecionadas em função da predominância nestas áreas de programas governamentais e da própria dinâmica do processo de organização popular. E, ao desenvolver estudo particular dos processos vividos em Fortaleza, a obra das pesquisadoras bem consegue trabalhar os limites e efeitos das políticas participativas, enquanto novo espaço político na relação entre Estado e população da periferia concebida como co-

letivo organizado, delimitando dois aspectos centrais que constituem, de fato, pistas fecundas para a continuidade dos estudos no desvendamento das expressões atuais da relação Estado/Movimentos Sociais, quais sejam: a caracterização das Políticas Sociais como uma forma de comunicação de dupla via entre Estado e Movimentos Sociais; a constatação do disciplinamento das reivindicações dos Movimentos Sociais, sob a égide de uma política de escassez, configurada nas políticas sociais participativas.

A obra, enquanto exposição dos estudos e análises desenvolvidos no processo coletivo da pesquisa é constituída de três partes, apresentando produção das autoras ora individualmente, ora em dupla ou trio.

A primeira parte delimita as bases analíticas da pesquisa explicitando as teses centrais do grupo em produções específicas sobre a história recente das organizações populares na sua relação com o Estado; a segunda parte apresenta os relatos das experiências de políticas sociais nas três áreas em que se desenvolvem os estudos específicos da investigação; a terceira e última parte trabalha as questões básicas apontadas pela pesquisa enquanto conclusões desse olhar analítico do grupo no desenvolvimento do objeto.

O trabalho, ao analisar a experiência vivenciada em Fortaleza nessa complexa relação Estado/Movimentos Sociais na segunda metade da década de 80, desenvolve um estudo localizado, que resgata ação e contexto específicos, estabelecendo as necessárias articulações com os processos mais gerais vividos na sociedade brasileira. Ana Maria Queroga, ao apresentar a obra, enfatiza que a articulação entre o geral e o particular está nitidamente presente no trabalho, o que lhe confere uma dupla importância: "a de dar conta de processos específicos vividos na cidade de Fortaleza e a de fornecer base de análise para estudos mais amplos, de caráter regional e nacional". Logo, o caráter particular não restringe a ótica da análise, mas, pelo contrário, instiga a uma ampliação do olhar.

Por fim, a obra, enquanto uma produção desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Ceará, mostra a vitalidade da Universidade em meio ao contexto de crise que a cerceia, indicando que, de fato, muito da pesquisa de qualidade em nosso país, vem se realizando no espaço da Universidade Pública.